

Princípios de Bom Governo

No cumprimento do disposto da Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2007, de 1 de Fevereiro, que estabelece a inclusão de um ponto relativo ao “Governo das Sociedades”, apresentam-se os aspectos considerados fundamentais na prática dos Princípios de Bom Governo das empresas do Sector Empresarial do Estado.

Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita

O funcionamento da VianaPolis é regulado por um conjunto de procedimentos administrativos, aprovados pelo Conselho de Administração, que normalizam e sistematizam as suas atividades mais significativas e correntes. A empresa está sujeita, na generalidade, a todas as normas jurídicas nacionais e europeias subjacentes à sua atividade, em particular as referentes à contratação pública.

A atividade da Viana Polis é assegurada, no quadro do Contrato de Mandato celebrado com o Parque Expo98, S.A., através dos serviços prestados por esta Sociedade, os quais não se limitam às atividades tipicamente incluídas no âmbito da gestão de Projeto, envolvendo também as competências que são necessárias para assegurar a prossecução do objeto social da Viana Polis e a prestação de apoio aos seus Órgãos Sociais.

A Viana Polis está ainda sujeita aos seguintes regulamentos internos e externos:

Regulamentos internos:

- **Estatutos da Sociedade (anexo ao Decreto-Lei nº186/2000, de 11 de Agosto)**

Regulamentos externos:

- **Resolução de Conselho de Ministros n.º 26/2000** que define como principal objetivo do Programa Polis a melhoria da qualidade de vida das cidades, através de intervenções nas vertentes urbanísticas e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de polos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional;
- **Decreto-Lei nº 314/2000, de 2 de dezembro** que estabelece o regime excecional aplicável às sociedades gestoras das intervenções previstas no Programa Polis;
- **Decreto-Lei nº 330/2000, de 27 de dezembro**, que extingue as concessões e os direitos de uso privativo de bens dominiais nas zonas de intervenção do Programa Polis e desafeta do domínio público esses mesmos bens;
- **Decreto-Lei n.º 558/99, de 17 de dezembro (com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 300/2007, de 23 de agosto):** Estabelece o regime jurídico do sector empresarial do Estado e das empresas públicas;

- **Normas legais relativas às sociedades anónimas, designadamente ao Código das Sociedades Comerciais;**
- **Resolução do Conselho de Ministros N.º 49/2007 de 01 de Fevereiro: Princípios do Bom Governo: “Aprova os princípios de bom governo das empresas do sector empresarial do Estado”;**
- **Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei N.º 18/2008 de 29 de janeiro: “Estabelece a disciplina aplicável à contratação pública e o regime substantivo dos contratos públicos.”;**
- **Código de Expropriações – Lei N.º 56/2008 de 4 de setembro: “Aprova o Código das Expropriações que regula todo o procedimento expropriativo.”;**
- **Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território;**
- **Planos Municipais: Planos Diretores Municipais dos concelhos de Viana do Castelo.**

Transações relevantes com entidades relacionadas

Nada a referir.

Outras transações

Não existem transações com entidades relacionadas e os procedimentos adotados em matéria de aquisição de bens e serviços têm critérios de adjudicação orientados por princípios de economia e eficácia que asseguram a eficiência das transações realizadas e a igualdade de oportunidades para todos os interessados habilitados para o efeito.

As transações efetuadas pela Sociedade cumpriram o Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro e constam, como exigido pelas normativas de contratação, da Base de Contratos do Estado.

Todas as transações relativas a aquisição de bens e serviços ocorreram em condições de mercado.

A VianaPolis, S.A. não celebrou, em 2013, qualquer ato ou contrato de valor superior a 5 M€.

Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental

Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas

De acordo com o Decreto-Lei n.º 330/2000, de 27 de Dezembro, a prossecução do Programa Polis, Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, visa a recuperação urbanística e ambiental de uma extensa área, a qual respeita a terrenos integrados no domínio público do Estado, sob jurisdição de diversas pessoas coletivas públicas, tendo como principais objetivos específicos:

- Desenvolver grandes operações integradas de requalificação urbana com uma forte componente de valorização ambiental;
- Desenvolver ações que contribuam para a requalificação e revitalização dos centros urbanos, que promovam a multifuncionalidade desses centros e que reforcem o seu papel na região em que se inserem;
- Apoiar outras ações de requalificação que permitam melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais estruturantes, tais como frentes de rio ou de costa;
- Apoiar iniciativas que visem aumentar as zonas verdes, promover áreas pedonais e condicionar o trânsito automóvel em centros urbanos.

No seguimento deste diploma, o Decreto-Lei n.º 186/2000, constitui a VianaPolis, Sociedade para o Desenvolvimento do Programa Polis em Viana do Castelo, S.A., sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, tendo por objeto a gestão e coordenação e execução do investimento em Viana do Castelo do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, o qual envolve o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuam para o desenvolvimento económico e social da respetiva área de intervenção.

A Intervenção em Viana do Castelo, no âmbito do Programa Polis, visou a prossecução de três grandes objetivos que se encontram traduzidos no seu Plano Estratégico, a saber:

- Valorizar a proximidade da presença de três ecossistemas naturais (mar, rio e serra) e o seu cruzamento na cidade, aqui entendida como o ecossistema do homem;
- Qualificar o Centro Histórico, devolvendo-o aos peões e estudando alternativas para a circulação e estacionamento de veículos automóveis;
- Apostar na Valorização de toda a Frente Ribeirinha, privilegiando o contacto com o rio e transformando-se num novo centro lúdico, cultural e administrativo da cidade.

A VianaPolis, enquanto empresa do setor empresarial do Estado, aborda os territórios numa ótica de defesa e valorização do interesse público, regendo-se pelos princípios da sustentabilidade na transformação dos territórios. Os projetos de requalificação urbana e ambiental que realizou, desde da conceção à gestão, assentam na promoção da qualidade de vida das populações e da competitividade do território como orientações estratégicas para as intervenções nos diferentes territórios.

Conforme já referido anteriormente, a execução da intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo encontra-se já numa fase bastante adiantada, pelo que o objeto social da Sociedade restringe-se apenas ao desenvolvimento da ação estruturante relativa à expropriação do edifício

jardim, subsequente demolição e posterior construção do novo mercado municipal e espaços públicos envolventes (art.º3º Estatutos), estando a duração da sociedade condicionada à realização completa do seu objeto social, não podendo prorrogar-se para além de 31 de Dezembro de 2014 (art.º 4º Estatutos).

Assim, a sua conclusão está fundamentalmente dependente da evolução dos processos judiciais relativos à expropriação do edifício jardim, aguardando-se decisão final do Tribunal relativamente às ações principais contestando a legalidade da expropriação, a qual tem sido bastante morosa, não se conseguindo contudo prever quando tal ocorrerá.

2. Políticas prosseguidas com vista a garantir a eficiência económica, financeira, social e ambiental e a salvaguardar normas de qualidade

A atuação da VianaPolis assenta sobre um património de saber que começa pela própria cultura da Empresa e pelo domínio dos princípios de sustentabilidade social, económica e ambiental que promove o desenvolvimento de ações estratégicas orientadas para a competitividade, a justiça social, a gestão de recursos finitos e o combate às assimetrias regionais.

3. Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:

3.1 - Responsabilidade Social

A VianaPolis promove a igualdade de oportunidades, de respeito pelos direitos humanos, e de não discriminação, existindo um princípio de comportamento não discriminatório, em que são reprovadas todas e quaisquer práticas de discriminação, seja em razão de ascendência, do sexo, da raça, da língua, do território de origem, da religião, das convicções políticas ou ideológicas, da instrução, da situação económica, da condição social ou da orientação sexual.

A VianaPolis aposta no estabelecimento de uma relação de confiança baseada na lealdade, na competência, na valorização do espírito de iniciativa e no sentido de responsabilidade dos seus colaboradores e define as suas políticas de recursos humanos no respeito pela dignidade, diversidade e direitos de cada pessoa, proporcionando um ambiente de trabalho favorável a um desempenho profícuo e as mais adequadas condições de segurança e saúde no trabalho.

A VianaPolis atende, em particular, às necessidades das pessoas com deficiência em todas as suas formas, bem como às pessoas com risco agravado de saúde.

3.2 - Responsabilidade ambiental

Um fator preponderante da estratégia da intervenção foi sempre a componente da comunicação no sentido de informar e sensibilizar a população local para o âmbito da intervenção do Programa Polis em Viana do Castelo.

Pretendeu-se dar a conhecer as alterações a realizar no espaço urbano bem como desafiar os cidadãos para uma reflexão conjunta e alargada sobre as várias disciplinas da envolvente ambiental.

As ações de comunicação visaram manter a população atualizada no que diz respeito ao desenvolvimento dos projetos e obras no decurso da sua implementação, promovendo ações diversas que provoquem o gradual estreitar de relações entre a população e as mutações da área intervencionada até à concretização dos objetivos finais do Programa Polis e visando os seguintes grupos:

- População em geral;
- Comerciantes/Habitantes de zonas de maior impacto;
- Jovens.

Assim, várias iniciativas foram tomadas ao longo do prazo de vigência da sociedade, como passeios polis, ações com escolas, apoio pontual a determinadas associações e distribuição de boletins informativos bem como de informações respeitantes a desvios de trânsito em consequência das obras.

Os projetos de requalificação urbana e ambiental que a VianaPolis, S.A. realizou assentam na promoção da qualidade de vida das populações e da competitividade do território como orientações estratégicas para as intervenções.

3.3 - Responsabilidade Económica

A criação de valor traduz-se na requalificação urbana e ambiental, conferindo à população condições de excelência.

Na obra que realizou, a VianaPolis teve sempre a máxima cautela com os impactes ambientais causados.

Procurando reduzir os impactes ambientais provocados pelas atividades que desenvolve, a VianaPolis assume como linha de orientação a observância das boas práticas, visando a utilização racional dos recursos naturais, a otimização dos consumos de água e energia, a aplicação de tecnologias menos poluentes e a promoção de destinos finais adequados para os resíduos produzidos. As políticas, procedimentos e práticas ambientais da VianaPolis têm em vista a melhoria contínua do desempenho ambiental. A política de recrutamento da VianaPolis baseou-se

no princípio da igualdade de oportunidades e na renúncia a todas as formas de discriminação, nomeadamente, em razão do sexo, idade, raça, nacionalidade, religião, orientação sexual, convicções políticas ou filiações sindicais.

Avaliação do cumprimento dos princípios de bom governo

A VianaPolis tem por objeto a gestão e coordenação em Viana do Castelo do Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, Programa Polis, o qual envolveu o desenvolvimento de ações estruturantes em matéria de valorização e requalificação ambiental e urbana, dinamização de atividades turísticas, culturais e desportivas e outras intervenções que contribuem para o desenvolvimento económico e social da área de intervenção.

Esta foi a missão atribuída à VianaPolis no Decreto-Lei nº 186/2000, publicado em 11 de Agosto, que constitui a Sociedade, sendo esta missão entendida e melhor interpretada no quadro da Resolução do Conselho de Ministro nº 26/2000, publicada em 15 de Maio, que define como principal objetivo do Programa Polis a melhoria da qualidade de vida das cidades, através de intervenções nas vertentes urbanística e ambiental, melhorando a atratividade e competitividade de polos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional.

Nesta sequência a avaliação do Governo Societário que ora se expõe apenas reflete o grau de cumprimento de recomendações emanadas pelos acionistas e do respeito pela norma e que, duma maneira, geral podemos traduzir em:

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de Gestão:					
Desenvolvimento da ação estruturante relativa à expropriação do Edifício jardim, subsequente demolição e posterior construção do novo mercado municipal e espaços públicos envolventes (art.º 3º Estatutos)	x			40%	A conclusão está dependente da evolução dos processos judiciais de expropriação do Ed. Jardim, aguardando-se decisão do Tribunal relativamente às ações principais contestando a legalidade da expropriação, não se conseguindo contudo prever quando tal ocorrerá.
Gestão do Risco Financeiro			x		ver ponto 3.2
Limites de Crescimento do Endividamento			x		ver ponto 3.2.1
Evolução do PMP a fornecedores	x				ver ponto 3.3
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	x				ver ponto 3.3
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Recomendação 1, na Assembleia Geral de 4 de Novembro de 2010: "que o Conselho de Administração apenas poderá realizar os investimentos constantes do Plano Estratégico ou parte dos mesmos, desde que estejam devidamente asseguradas as respetivas fontes de financiamento", deliberado, pelo acionista maioritário (aprovação das contas 2009)	x			100%	Não foi adjudicado nenhum concurso de empreitadas, enquanto não foi obtida a aprovação das respetivas candidaturas
Recomendação 2, na Assembleia Geral de 22 de novembro de 2013: "recomendando ao Órgão da Administração que diligencie no sentido de assegurar o cumprimento integral dos deveres especiais de informação promovendo o carregamento no Sistema de Recolha de Informação Económica e Financeira de toda a informação necessária" (aprovação das contas 2012)	x				Foram cumpridos os deveres especiais de informação
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos art.º 37.º da Lei 66-B/2012	x				ver ponto 3.5
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27.º da Lei 66-B/2012	x			redução remuneratória em 2012 e 2013	ver ponto 3.5
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	x				ver ponto 3.5
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012			x		A Sociedade não possui auditor externo. ver ponto 3.5
Restantes trabalhadores - redução remuneratória, nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012			x		ver ponto 3.5.3
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35º d	x				ver ponto 3.5.3
Artigo 32º do EGP					
Utilização de cartões de crédito		x			ver ponto 3.6
Reembolso de despesas de representação pessoal		x			ver ponto 3.6
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	x				ver ponto 3.7
Normas de contratação pública pelas participadas			x		
Auditorias do Tribunal de Contas		x			Durante o ano de 2013, não foram efetuadas auditorias pelo TC
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas		x			As aquisições de bens pela sociedade resumem-se a consumos de secretaria e expediente cujo valor é pouco relevante
Parque Automóvel			x		A sociedade não dispõe de viaturas
Princípio da Igualdade do Género	x				ver ponto 2.11
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (art.º 64º da Lei 66-B/2012)					
Gastos com pessoal	x			28%	ver ponto 3.9
Fornecimentos e Serviços Externos	x			20% (2013 face a 2010)	ver ponto 3.9
Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes (ofício-circular nº 82, de 6 de Janeiro)					ver ponto 3.9
Nº de efetivos			x		A Sociedade possui apenas 1 funcionário
Nº de cargos dirigentes			x		O CA da Sociedade é constituído por 3 elementos - 1 presidente e 2 vogais (de acordo com os estatutos)
Princípio da Unidade de Tesouraria	x			disponibilidades depositadas no IGCP em 31 de Dezembro 2013	ver ponto 3.10

Código de Ética

O [Código de Ética e de Conduta](#) da VianaPolis aprovado pelo Conselho de Administração visa garantir a prática de condutas profissionais de elevado padrão moral por todos os que atuam em nome da empresa em complemento das disposições legais e regulamentares que devam observar. As regras constantes no Código de Ética e de Conduta da VianaPolis constituem ainda uma referência no que concerne ao padrão de conduta exigível no relacionamento da Sociedade com terceiros.

O Código de Ética e de Conduta da VianaPolis encontra-se disponível a todos na sede da Sociedade.